

COPING RELIGIOSO/ESPIRITUAL (CRE) PELA POPULAÇÃO TRANS: revisão de literatura sobre a religião como dispositivo de enfrentamento

FIRMINO, Itamar¹; PAULINO, Pedrita²

¹ Graduação Psicologia – UNIFAGOC

² Docente Psicologia – UNIFAGOC



itamarfirminopsisf@gmail.com
pedrita.paulino@unifagoc.br

RESUMO

A presente revisão teórica teve por objetivo identificar artigos que discutam os atravessamentos da religião na população trans e como essa população se vale da religião enquanto dispositivo de enfrentamento. Buscou-se, nas bases Biblioteca Virtual em Saúde, Scielo e Google Acadêmico, os seguintes descritores: coping, religiosidade, espiritualidade, gênero e sexualidade. Foram selecionados 13 artigos a partir da leitura dinâmica do resumo. Houve consenso com relação a violência e a transfobia que permeiam o discurso religioso hegemônico, contudo, também se apresentam em espaços marginalizados como os terreiros – que se revelam espaços possíveis de maior expressão do gênero e sexualidade que outros territórios. A revisão sugere a importância da discussão sobre gênero e sexualidade nos territórios religiosos, sobretudo a forma como corpos dissidentes são atravessados pela religião, a qual se torna um obstáculo a ser enfrentado em detrimento de um dispositivo de enfrentamento.

Palavras-chave: Coping. Religiosidade. Espiritualidade. Gênero. Sexualidade.

INTRODUÇÃO

O estudo do tema: Coping Religioso/Espiritual (CRE) pela população trans, é pioneiro, pois pensar a influência da religiosidade e da espiritualidade do sujeito para o seu bem-estar, bem como o tipo de enfrentamento – se positivo ou negativo, estabelece-se como um desafio contemporâneo para a Psicologia e outros campos da saúde e sociais que pensam o sujeito de forma integrada. Além disso, o que possibilita uma maior reflexão é a emergência de enfoques nas vivências e sociabilidades trans e travestis, uma vez que o Brasil é o país que lidera o 1º lugar no ranking de assassinatos de pessoas trans no mundo (ANTRA, 2021). A partir disso, decidiu-se pensar como a religião atravessa as vivências trans/travestis, e como a população trans se vale da religião/espiritualidade enquanto dispositivo de enfrentamento.

A capacidade de enfrentamento a situações estressantes ou a adversidades cotidianas pode estar ligada ao Coping Religioso/Espiritual. O CRE é compreendido como um conjunto de estratégias para lidar e se adaptar a situações adversas, e é marcadamente acessado a partir da religiosidade. As religiões populares (umbandistas, kardecistas e pentecostais) constituem uma ideologia, sendo possível então considerar um imaginário responsável por fenômenos diferenciados em seu processo. A complexidade do coping envolve as diferenças individuais advindas do

contexto social, como a cultura e as diferenças religiosas (HUANG; TORRES, 2018). Ademais, a dimensão espiritualidade/religiosidade integra alguns estudos da Qualidade de Vida, apesar de não haver um consenso científico. No entanto, já se tem conhecimento da correlação entre a saúde e o bem-estar com o CRE positivo, em contrapartida ao CRE negativo (PANZINI *et al.*, 2007).

A incorporação da categoria de gênero, interligada às categorias de classe e etnia, é relevante para se pensar e elaborar a história das religiões, bem como para a compreensão da história de pessoas de gêneros divergentes dos padrões hegemônicos nesses espaços e territórios religiosos. Gênero pode ser pensado como elemento que constitui as relações sociais a partir das diferenças entre os sexos, sendo a primeira forma de significação das relações de poder que se instauram (FONSECA; FARIAS, 2010).

As questões que envolvem gênero e religião são pouco discutidas e pouco admitidas, abordadas de forma acanhada. Discutir a religião como uma construção sociocultural envolve as transformações do campo social e as relações de poder, classe, gênero e raça/etnia. De acordo com Fonseca e Farias (2010), é preciso se inserir “num complexo sistema de trocas simbólicas, de jogos de interesses, na dinâmica da oferta e da procura; é deparar-se com um sistema sociocultural permanentemente redesenhado que permanentemente redesenha as sociedades”.

MÉTODO

Este artigo tem como objetivo principal investigar as estratégias de Coping Religioso/Espiritual (CRE), positivo ou negativo, na população trans/travesti brasileira, buscar respostas para as perguntas que destacam o modo como as vivências de gênero dissidentes e o enfrentamento religioso/espiritual (CRE) são experienciados e como lhe são atribuídos significado. Busca investigar se há adoecimento emocional a partir do uso equivocado da espiritualidade; se há prevalência de enfrentamento negativo sob o positivo diante do sagrado, ou vice-versa; e as possíveis implicações das construções sociais sob o religioso.

Este é um estudo de revisão sistemática, baseado no método de pesquisa bibliográfica, qualitativa. Realizou-se uma avaliação inicial dos critérios de inclusão; apreciação crítica do material coletado; e a extração de dados e síntese. De acordo com Bardin (2010), para consolidação da análise de conteúdo, seguem-se as etapas de (1) pré-análise, (2) exploração do material, (3) tratamento dos resultados e (4) interpretação. O autor afirma que esse processo não se cumpre linearmente, sendo muitas vezes necessário o retorno ao material bruto e a reflexão sobre pontos relevantes perdidos inicialmente. Os dados foram obtidos por meio de artigos e publicações científicas nas bases: Biblioteca Virtual em Saúde Psicologia BVS (4); Google Acadêmico (15), Portal de Periódicos da CAPES/MEC (5) e Scielo (6). Ao todo foram encontrados 30 artigos, buscando pelos descritores: coping, religiosidade, espiritualidade, gênero e sexualidade. Após a leitura dos resumos, 17 artigos foram excluídos por não abordarem o tema em questão. Foram utilizadas outras produções consideradas referências para a proposta. Não foi estabelecido um ano base para o levantamento de dados devido à escassez de pesquisas, mas considerando apenas trabalhos publicados no Brasil.

RESULTADOS

Não foram encontrados artigos sobre o CRE na população trans/travesti, no entanto pesquisas acerca da temática gênero e sexualidade associadas a religião e espiritualidade fornecem um panorama rico para análise do fenômeno coping religioso/espiritual no contexto pretendido.

Dentre os materiais selecionados, os principais apontamentos são voltados para vivências de mulheres trans e travestis, o que não coloca outras dissidências de gênero e sexualidade em posição de maior privilégio. Dentre as principais questões levantadas em torno do gênero e da religiosidade, despontam a cura, a conversão, a morte – tanto a morte simbólica do nome e da expressão indentitária, quanto a morte visceral; maior possibilidade de vivência e expressão religiosa em terreiros de cultos afro-brasileiros e de matriz africana; e a transfobia – tanto dentro quanto fora do espaço religioso (BUSIN, 2011; FERNANDES, 2013; BARBOSA; SILVA, 2016; MARANHÃO Fº, 2016, 2017, 2018; COSTA; POCAHY, 2018; DIAS; COLLING, 2018; MACHADO; SILVA, 2019; MORAIS; GELINSKI, 2019; NASCIMENTO, 2019; NASCIMENTO; COSTA, 2019; RAMIRES *et al.* 2020).

DISCUSSÃO

As identidades de gênero, as identidades sexuais e o pertencimento religioso são marcadores da diferença centrais nas reflexões acerca da temática Gênero e Sexualidades. Pode-se pensar em sujeitos atravessados por “várias formas de pressão de enquadramentos político-metodológicos, que se expressam em novas formas de resistência e em relações inovadoras entre desejos de reconhecimento, deslocamentos e reinvenções” (FERNANDES, 2013). As diversidades de gênero podem se estabelecer como contraponto às hegemonias, contribuindo para a modificação dos espaços e territórios religiosos; ao mesmo tempo, podem sofrer contrapartidas. As práticas que excluem e distanciam as pessoas trans e travestis por convicções pré-estabelecidas estão presentes nesses espaços (DIAS, 2019).

Houve no Catolicismo forte investimento na família de origem e na manutenção do modelo nuclear de família. A preocupação com a família, ou sua semântica, torna a palavra mais inclusiva na atualidade. No processo de colonização do Brasil, no entanto, não havia essa preocupação. Pelo entendimento tradicional estabelecido pelo colonizador europeu, não havia “famílias” no Brasil, fator que levou a poligamia dos nativos a ser considerada selvageria pelos portugueses católicos. Tudo isso levou à consolidação de uma família santa, estabelecida por meio do matrimônio, que marca o surgimento da tradição da família brasileira em 1532. Pode-se também ressaltar os motivos marcadamente econômicos, uma vez que essa instituição era a maior unidade produtiva nas colônias. No entanto, o que rompe as barreiras do tempo e permanece é o discurso, o qual estabelece a moral e a importância da constituição da família monogâmica e heterossexual (BUSIN, 2011; PEREIRA; PINHEIRO, 2016).

A expressão religiosa tem o corpo como um dos polos produtores de saber nos territórios, por isso, ao negar os corpos dissidentes que compõem o espaço religioso, é possível que haja distanciamento e silenciamento desses corpos (DIAS, 2019). Nos tempos iniciais da colonização – início do século XIX, já existiam transexuais indígenas – as chamadas *cudinas*, que “eram homens castrados que se vestiam como mulheres e

exerciam atividades naturalizadas como femininas na comunidade, como tecelagem e fabricação de potes” (PEREIRA; PINHEIRO, 2016).

A tradição e as novas configurações de gênero e sexualidade marcam um jogo de forças, tensões, que é acirrado por meio de práticas de subalternização dos corpos. Aspectos religiosos de travestis e transexuais, como a manifestação religiosa, pode ser uma possibilidade de retirada dessas identidades da invisibilidade. São muitas as tensões a que pessoas trans estão expostas, pois, mesmo vinculadas a suas famílias biológicas, podem estar submetidas à violência, ao abandono e ao afastamento do convívio familiar. Há problemáticas como as relações adversas entre transexuais e travestis por trabalho sexual, em que elementos de feminilidade são marcadores dessa disputa; a vulnerabilidade delas nesses espaços; o uso de substâncias psicoativas; bem como suas aproximações com espaços religiosos (DIAS, 2019).

A não aceitação dos corpos trans está diretamente ligada ao aspecto religioso como resultado da ação de deslegitimação, podendo estar relacionado, ainda, ao trânsito religioso. A violência marca a precarização da vida de pessoas trans desde a infância, pois esses processos são promovidos em momentos variados na vida – principalmente das travestis, desde o ambiente intrafamiliar, podendo ser psicológica, física e abuso sexual. Há ainda a evasão escolar causada por bullying, promovendo estigmas que contribuem para a deterioração dessas identidades (DIAS, 2019; MORAIS; GELINSKI, 2019).

Pereira e Pinheiro (2016) apresentam um olhar sobre o incômodo atenuado atualmente quanto às relações de gênero, a partir de Trevisan (2002, p. 22): “A civilização sempre precisou de reservatórios negativos que possam funcionar como bodes expiatórios nos momentos de crise e mal-estar, quando então, por um mecanismo de projeção, ela ataca esses bolsões tacitamente tolerados”.

Em Dias (2019), é possível compreender a homossexualidade nas religiões como um pecado, uma prática demonizada, em que há certa tolerância desde que se mantenha uma ordem de gênero preestabelecida. As transidentidades são vistas até mesmo como um karma. Essas visões permeiam as diferentes religiões e vertentes. Segundo o autor:

A bibliografia mencionada sobre a interface religiosidades e identidades trans* ainda é muito pouco difundida, haja vista o número de produções acadêmicas que discutem a temática das transexualidades e travestilidades, a partir da perspectiva das dissidências sexuais e de gênero.

A produção discursiva de lideranças religiosas pode influenciar na tomada de decisões em diferentes políticas:

[...] não há como se pensar a política no Brasil contemporâneo sem levar em conta os embates de gênero, sexualidades e religião, ou seja, essas questões têm sido estruturantes e definidoras de posições na cena política global, com especial atenção para o crescimento da participação de religiosos cristãos no legislativo (e outras instâncias de tomadas de decisão) e sua pressão por marcação e manutenção dos valores cristãos pelo Estado brasileiro. (FERNANDES, 2013).

Tudo que se desvia dos padrões construídos é colocado à margem. Contudo, esse modelo, heterocisnormativo, não condiz com a realidade cotidiana. Há o destaque

da participação de travestis com o fenômeno social das religiosidades afro-brasileiras; em contrapartida, a participação em outras religiosidades, que constituem espaços interditados para corpos dissidentes. Esses espaços são inúmeros e marginalizam pessoas de processos de convivência, trabalho e lazer sociais. A expressão de corpos dissidentes ao modelo hegemônico, tanto de gênero quanto sexualidade, não é aceita em dogmas religiosos. Em outros espaços, já há tal aceitação, que possibilita também a expressão dos corpos (NASCIMENTO, 2019).

A morte de pessoas trans é recorrente, e não se trata apenas dos inúmeros casos anualmente relatados, atravessados por requintes de crueldade; trata-se também da morte simbólica, a morte do gênero. Essa morte pode ser entendida pela conversão, comum a alguns movimentos religiosos (MARANHÃO Fº, 2017, 2018), aos quais as pessoas trans e homossexuais só são integradas quando se adaptam às normas.

Ao traçar uma cartografia sobre a concepção acerca da teologia, da sexualidade e do gênero por duas missões evangélicas, Maranhão Fº (2018) apresenta o propósito dessas missões de forma bastante sugestiva, com a expressão “matar uma leoa por dia”. A identidade travesti é negada enquanto identidade feminina e se aproxima da doença com a oferta de cura. O discurso de ódio que permeia as missões se justifica na própria ideologia religiosa, em que o ódio de Deus ao pecado conduz seus missionários à busca pela cura do pecador, que, porventura, são resultado de algo demoníaco e, portanto, passível de cura espiritual.

A crença religiosa é apontada como um dispositivo de controle dos corpos, pautada na cisheteronorma, que, ao estabelecer uma relação de subalternização do outro, de pessoas de gênero divergentes à norma, utiliza-se da crença/religião para se estabelecer um grupo de poder (BARBOSA; SILVA, 2016; MARANHÃO Fº, 2017, 2018; MORAIS; GELINSKI, 2019). A partir disso, estabelecem “normas e convenções que preceituam, (des/re) orientam, ordenam e decretam peremptoriamente as trilhas sexuais e de gênero que devem ser percorridas e quais devem ser deixadas para trás” (MARANHÃO Fº, 2018). Essas normas buscam, sobretudo, validação na fé: como “Deus criou o macho e a fêmea”, logo, naturaliza a cisheteronorma e repudia as transgeneridades e as homossexualidades. Ao discorrer sobre as missões, aponta para o fato de as travestis serem as principais atendidas, sendo as ruas e a cracolândia locais de atuação. Além da cabeça raspada e da obrigatoriedade do uso de roupas masculinas, as travestis são tratadas no masculino e pelo nome de batismo (MARANHÃO Fº, 2018).

A religião é a ideologia que possibilita aos homens permanecerem em seus papéis e a não tentarem mudanças sociais, porque tais situações representam a vontade de Deus. Nesse caso a religião constitui-se como força conservadora que impossibilita a realização de significativas transformações sociais. Ela aquietta o homem, torna-o passivo, anula sua força de revolta. Em geral, tem sido a base de todas as discussões a ideia da criação divina do mundo para que este fosse povoado a partir da procriação do homem e da mulher. (RAMIRES *et al*, 2020).

A violência e os discursos transfóbicos são fortemente motivados pela ideologia religiosa hegemônica, que se balizam pela norma heterossexual historicamente

estabelecida como parâmetro (FERNANDES, 2013; BARBOSA; SILVA, 2016; MARANHÃO Fº, 2017, 2018; MORAIS; GELINSKI, 2019; RAMIRES *et al.* 2020).

A religião cristã estabeleceu critérios que foram internalizados pela nossa sociedade, levando esta a definir, segundo os seus preceitos, o que é ser um homem e uma mulher. Baseados em premissas religiosas, em que se determina que um homem só é homem se este nasceu com um pênis e uma mulher só é mulher se nasceu com uma vagina, determinismo esse estabelecido por questões meramente biológicas e religiosas. (BARBOSA; SILVA, 2016).

A partir de um viés religioso cristão, unicamente, justifica-se o preconceito contra pessoas trans e travestis, bem como homossexuais, e essa legitimação da própria crença recai sobre toda a sociedade. Barbosa e Silva (2016) destacam que são poucas as religiões que proferem um discurso inclusivo às pessoas trans, em contrapartida ao cristianismo – modelo hegemônico, que possui um posicionamento punitivo. Barbosa e Silva (2016) destacam o caráter da religião na construção de discursos e controle dos corpos:

Ser transexual é assumir uma alteridade, confessar uma diferença da norma dominante e excludente, é entrar em conflito com alicerces da religião cristã hegemônica ainda utilizada como norma, é algo que coloca em discussão uma teologia que se apresenta infalível, inquestionável, doutrinadora e única, incorporada em diferentes espaços sociais, gerando fundamentalismos diversos de certos grupos religiosos ligados ao cristianismo. (BARBOSA; SILVA, 2016).

A transfobia não se restringe apenas ao espaço religioso (BARBOSA; SILVA, 2016; MARANHÃO Fº, 2017, 2018; MORAIS; GELINSKI, 2019), e o fundamentalismo religioso judaico-cristão se expande enquanto um instrumento de discurso a outros espaços. A escola é um espaço que permeia a vida das pessoas da infância até a idade adulta, sendo não apenas um local de ensino-aprendizagem, mas de experiências. Moraes e Gelinski (2019) realizaram um trabalho, através do qual foi possível identificar a escola como um local atravessado por esse discurso e também pela violência: “tal espacialidade aparece como uma das que representam mais desconforto por parte das travestis” (MORAIS; GELINSKI, 2019).

O cenário da experiência religiosa/espiritual das pessoas trans no contexto das religiões afro-brasileiras não está distante da realidade noutros contextos religiosos, pois, conforme mencionado anteriormente, a hegemonia religiosa do cristianismo é produtora de discursos que recaem sobre a sociedade como um todo, e não diferentemente, em espaços religiosos de outras vertentes.

Alguns artigos que abordam a religiosidade em terreiros de candomblé apontam para um duplo problema: a marginalização das pessoas trans, bem como da religião em si (FERNANDES, 2013; NASCIMENTO; COSTA, 2015; MARANHÃO Fº, 2016; NASCIMENTO; COSTA, 2019). Entretanto, mesmo sendo esses espaços de maior acolhimento, além de poucas igrejas inclusivas de vertente cristã, trata-se de um espaço permeado de violências (MARANHÃO Fº, 2016; COSTA; POCAHY, 2018; DIAS; COLLING, 2018; DIAS, 2019).

Segundo Nascimento e Costa (2019). “o grupo social das travestis se destaca na relação com o fenômeno social das religiosidades afro-brasileiras, ao contrário de

outras religiosidades, que se constituem como espaços interditados a estes sujeitos". Os terreiros são espaços invisibilizados nas cidades, marcados pela resistência e pela perseguição, estando sob constante ameaça e subalternos a religião dominante, hegemônica. Essa subalternização vai de encontro a corpos subalternos, sendo geralmente espaços de acolhimento às diferenças produzidas pela norma (NASCIMENTO; COSTA, 2019).

Numa pesquisa em um terreiro de Candomblé Ketu, apesar do respeito à identidade, Costa e Pocahy (2018) evidenciam que há restrições quanto à realização de certas atividades, sendo a travesti impedida de realizar tarefas femininas em contrapartida a mulheres transexuais, o que, além de reforçar estereótipos, pode ser prejudicial à saúde mental das envolvidas. Pessoas trans são aceitas sem restrições em muitos terreiros e comunidades, no entanto não há um consenso. O impedimento de que homens trans toquem o atabaque, ou mulheres trans se vistam nos ritos com vestes com as quais se identificam são alguns exemplos de processos que deslegitimam a identidade e contribuem para a subalternização das pessoas trans (DIAS; COLLING, 2018; DIAS, 2019).

De acordo com Nascimento (2019), alguns corpos são taxados identitariamente como marginais, tendo como premissa particularidades que os delimitam em territórios específicos. Assim, a justaposição entre sexualidade, gênero e espaço evidencia-se, colocando o corpo como espaço social e político para além de sua condição biológica.

Considera-se que as performatividades de gênero e sexualidade são reguladas por normas que estabelecem como as pessoas devem agir. Por consequência, os corpos que são periféricos, são mais fáceis a se inserir em lugares também periféricos, que é o caso dos terreiros. Existe uma relação intrínseca entre corpos subalternos na configuração e produção do espaço subalterno do terreiro. Neste e por este espaço, nos quais os corpos das travestis são atributos de sua produção, os corpos subalternos encontram-se como possibilidades de viverem suas singularidades performativas de gênero. (NASCIMENTO; COSTA, 2019).

Maranhão F^o (2016) evidencia os discursos de ódio de líderes religiosos contra pessoas trans e homossexuais, bem como os discursos de ódio voltados a religiões de matrizes africanas e afro-brasileiras. Tais ataques são proferidos, em sua maioria, por neopentecostais. Entretanto, a transfobia também é presente nas religiões subalternas, o que fica evidenciado pelos ataques a Ariadna Silva Arantes, através da viralização de uma foto sua em cerimônias de candomblé, na qual sua experiência religiosa é atacada em detrimento de sua identidade, sendo deslegitimada e ridicularizada.

CONCLUSÃO

As vivências trans e travestis são atravessadas pela religião, dentro e fora do território religioso, e marcadas pelo verbo do discurso na carne de seus corpos. Esta pesquisa segue com uma conclusão inconclusiva acerca do Coping Religioso e Espiritual nessa população, mas suficientemente elucidada acerca de como a religião tem tido uma posição de destaque na marginalização, negação e subalternização dos corpos de pessoas trans e travestis.

A experiência religiosa se mostra uma alternativa à experiência de viver o próprio gênero, a própria identidade, demarcando as fronteiras do sagrado e do profano. Se para vivenciar a religiosidade e a espiritualidade for necessário morrer enquanto um corpo dissidente, as pessoas trans e travestis experienciam um batismo na própria morte. No entanto, viver é resistir, e mesmo diante de tantos assassinatos, violências, vilipêndios de direitos e transfobia, seguir lutando por espaços onde seja possível a livre expressão de gênero e da fé é seguir reexistindo.

Este trabalho é apenas um olhar acanhado e pretencioso para a problemática nele apresentada. É necessário que novas pesquisas se lancem sobre o assunto e possibilitem emergir elucidacões acerca dos obstáculos da população trans e travesti quanto à religiosidade e à espiritualidade. No entanto, enquanto a religião seguir se mantendo o obstáculo a ser enfrentando, dificilmente será possível analisá-la como um dispositivo de enfrentamento.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS [ANTRA]. Dossiê: Assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020. Bruna G. Benevides e Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2021.
- BARBOSA, B. R. S. N.; SILVA, L. V. Os cães do inferno se alimentam de blasfêmia: religião e transfobia no ciberespaço. *Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, n. 24, pp. 110-133, jan./jul. 2016.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: São Paulo Edições, 2011.
- BUSIN, V. M. Religião, sexualidades e gênero. *Rever*, n. 1, p. 105-124, jan./jun. 2011.
- COSTA, F. H. L.; POCAHY, F. A. O gênero (des)feito em comunidades terreiro de candomblé Ketu no Rio de Janeiro. In: CONQUEER - Conferência Internacional de Estudos Queer, 2018, UERJ.
- DIAS, C. S. Vivências de gênero dissidentes em religiosidades de matrizes africanas: alguns aspectos sobre as transexualidades na religião. *Veredas da História*, online, v. 12, n. 2, pp. 11-43, dez. 2019, E-ISSN 1982-4238.
- DIAS, C.; COLLING, L. Resistências e rejeições nas vivências de pessoas trans no candomblé da Bahia. *Ex Aequo*, n. 38, p. 95-110, 2018. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2018.38.07>.
- FERNANDES, F. B. Assassinatos de travestis e “pais de santo” no Brasil: homofobia, transfobia e intolerância religiosa. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 98, p. 485-492, jul./set. 2013.
- FONSECA, A. D.; FARIAS, M. N. Relações de gênero e cultura religiosa: um estudo comparado sobre a atuação feminina na Igreja Evangélica Luterana do Brasil e Assembleia de Deus. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 6-41, 2010.
- HUANG, M. F.; TORRES, C. M. A Dimensão Religiosa No Enfrentamento (Coping) Em Artigos Brasileiros. *Numen: Revista de estudos e pesquisa da religião, Juiz de Fora*, v. 21, n. 2, p. 196-211, jul./dez. 2018.
- MARANHÃO Fº, E. M. A. “Admita que vc não tem útero”: violências de candomblecistas a mulheres transexuais e travestis do candomblé no Facebook. *Fronteiras: Revista de História*, v. 18, n. 32, p. 343-370, jul./dez. 2016.

- MARANHÃO Fº, E. M. A. A travesti morreu, mas carrego ela no caixão” e outras histórias vivas: conversão, transfobia religiosa e morte. **Revista Brasileira de História das Religiões**, n. 29, p. 165-216, set./dez. 2017.
- MARANHÃO Fº, E. M. A. Matando uma leoa por dia: ideologia de gênero e de gênese na “cura” de travestis. **Revista Eletrônica Correlativo**, v. 17, n. 2, p. 107-148, dez. 2018.
- MORAIS, A.; GELINSKI, A. O discurso fundamentalista religioso judaico cristão enquanto componente dos espaços escolares públicos vivenciados por travestis. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 20, n. 71, p. 104-118, set. 2019.
- NASCIMENTO, T. F.; COSTA, B. P. As vivências travestis e transexuais no espaço dos terreiros de cultos afro-brasileiros e de matriz africana. **Espaço e Cultura**, n. 36, p. 181-204, jul./dez. 2015.
- NASCIMENTO, T. F.; COSTA, B. P. Terreiro de religiões de matriz africana como espaço marginal e possível à vivência de pessoas travestis. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, v. 3, n. 41. In: **Dossiê “Geografias Interseccionais: Gênero, Raça, Corpos E Sexualidades”**, p. 25-36, jul./dez. 2019, ISSN: 2176-5774.
- PANZINI, R. G. *et al.* Qualidade de vida e espiritualidade. **Revista Psiquiatria Clínica**, v. 34, n. 1, p. 105-115, 2007.
- PEREIRA, I. B.; PINHEIRO, D. A. Direitos humanos em perspectiva Decolonial: por um direito inclusivo da sexualidade. **Revista de Movimentos Sociais e Conflitos**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 166-187, jan./jun. 2016, E-ISSN: 2525-9830.
- RAMIRES, V. *et al.* O discurso religioso no debate sobre gênero e sexualidade. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 21, n. 2, p. 119-141, 2020.